

Economia - Brasil

ENTREVISTA

Sachs prega reformas para crescimento sem inflação

O economista norte-americano também defende ampliar poupança pública e privatizações

JOSÉ CARLOS SANTANA

O governo brasileiro não tem outro caminho. Se quiser baixar as taxas de juros mais rapidamente e estimular todo o potencial de crescimento econômico do País sem reativar a inflação, como o empresariado deseja, terá de progredir com as reformas constitucionais. É preciso reduzir o déficit orçamentário, elevar o nível da poupança do governo e limitar ao máximo o papel do Estado na economia, sobretudo mediante privatizações.

A observação é do economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor de Comércio Internacional na Universidade de Harvard e apontado hoje, pela assessoria que tem dado a países como Rússia, Polônia e Bolívia, entre outros, como uma das maiores autoridades em processos de estabilização econômica.

Mais por suas idéias, muitas vezes polêmicas, do que pelos seus feitos, ele foi figura de realce numa conferência internacional sobre globalização e suas consequências, que a Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA) promoveu na quinta e na sexta-feira, nas comemorações do seu 50º aniversário.

Sachs relembrou as origens do capitalismo, na Inglaterra e na Holanda, falou da sua evolução pelo mundo e da sua aparente superioridade sobre o sistema comunista. E irritou o ex-ministro João Sayad, seu companheiro na mesa, quando enalteceu o comportamento dos chamados tigres asiáticos e sugeriu que o Brasil deveria tomá-los como exemplo de boa gestão econômica.

Pouco antes do encerramento da

conferência — Globalização: O Que

É e Suas Implicações —, ele falou ao

Estado sobre o que pensa da situa-

ção do Brasil e do seu plano de estabi-

lização.

Estado — O que

mais o preocupa, no

momento, em rela-

ção ao plano de es-

tabilização da eco-

nomia brasileira?

Jeffrey Sachs —

O que mais me pre-

cupa é saber se o go-

verno conseguirá

progredir nas suas

tentativas de reduzir

o déficit orçamentá-

rio, de elevar a pou-

pança governamental,

reduzir o nível de

envolvimento do Es-

tado na Economi-

a, inclusive mediante

privatizações, e baixar os impostos no futuro.

A questão chave é diminuir o tam-

anho do Estado e reduzir o déficit or-

çamentário. Se o governo tiver êxito,

a economia brasileira se tornará

muito mais competitiva e eficiente,

os juros poderiam baixar mais rápi-

damente, e o Brasil teria melhores

condições de enfrentar os problemas

macroeconômicos.

Estado — O plano de estabili-

zação poderia sobreviver sem as refor-

mas propostas ao Congresso pelo go-

verno?

Sachs — Eu não acredito que o Brasil possa atingir os seus objetivos sem melhorar, consideravelmente, a sua política fiscal. O problema com o Brasil é o seu déficit orçamentário, grande demais, que requer uma política monetária demasiado estrita. O reflexo disto são as taxas de juros altas e a sobrevalorização do Real, que enfraquecem o crescimento das exportações e reduzem o crescimento geral da economia.



Sachs: Brasil poderia crescer 6% ou mais com as reformas

Estado — Os empresários, então, estão corretos quando fazem pressão pela redução dos juros e por uma desvalorização do Real?

Sachs — Reduzir os juros e alterar as taxas de câmbio são medidas necessárias, mas a questão é saber como e quando adotá-las. As possibilidades de crescimento econômico do Brasil, nos próximos cinco ou dez anos, seriam infinitamente melhoradas com a redução das taxas de juros, uma mudança na política cambial e com uma correção nas distorções do seu sistema de impostos. O Brasil realmente poderia crescer 6%

ao ano, ou até mais,

desde que sejam

realizadas as refor-

mas necessárias.

Estado — A política cambial do go-

verno, dentro do plano de estabiliza-

ção, está assim tão errada como dizem

certos economistas

brasileiros?

Sachs — É verdade que a moeda está

sobrevalorizada em termos reais, e isto

deveria ser evitado.

Mas essa é uma questão ligada ao

problema do déficit fiscal. Quando

ele for reduzido, com a ajuda das re-

formas, os juros cairão e o real en-

contrará o seu valor.

Estado — O Banco Central tem sido muito criticado por políticos, empresários e economistas. Como o sr. vê sua atuação, até agora?

Sachs — Eu acho que o Banco Central tem operado sob um tipo de coação que não deveria existir. É um trabalho duro o que o banco tem de

executar quando o orçamento está

frente de controle e quando o tam-

anho do Estado é demasiado grande.

É preciso não esquecer que o Banco

Central está assumindo toda a res-

ponsabilidade pela manutenção do

índice baixo da inflação, porque a

política fiscal moveu-se na direção

errada em 1995. Sob essas circuns-

tâncias, o seu trabalho tem sido cor-

reto.

Estado — Em que reforma cons-

titucional o governo deveria insistir,

se for impossível realizar todas as

que considera necessária?

Sachs — Eu acho que, estrategi-

Luludi/AE

camente, a questão é conseguir sa-

near as finanças públicas. E não me-
diante elevação de impostos mas

com a redução dos gastos governa-

mentais. É preciso reformar o siste-

ma bancário e privatizar os bancos

estatais, de uma maneira clara, para

evitar rombos como o do Banespa.

Isso inclui também alterar de vez o

sistema previdenciário. As aposen-

dorias, especialmente de um grupo

de privilegiados, consomem recursos

demasiados altos para um país, co-

mo o Brasil, que precisa crescer rapi-

damente no futuro.

Estado — O que o sr. está dizen-
do, enfim, é que todas as reformas
propostas pelo presidente Fernando
Cardoso devem ser realizadas. Não
haveria prioridade.

Sachs — São todas necessárias, a
tributária, a administrativa e a da
previdência. Mas acho que a reforma
do Estado é a chave. É preciso redu-
zi-lo, torná-lo mais eficiente e mais

econômico. O governo precisa livrar-

se de funções que não são suas para

cuidar melhor do que lhe compete

cuidar, numa economia moderna.

Estado — Professor, é correto
ajudar aos bancos e aos fazendeiros,
com enormes quantias, e premiar os
brasileiros mais humildes apenas
com uma inflação mais baixa?

Sachs — A questão da transferên-
cia de renda do Estado é muito inter-
essante, e, sobre ela, eu faria a se-
guinte observação: a política social

neste país, e em qualquer outro país

em desenvolvimento, deveria basear-

se em educação e saúde. Ela permite

a toda a população tirar vantagens

dos seus conhecimentos e usufruir

de oportunidades que o mercado

oferece.

Estado — É esta a razão do su-
cesso dos chamados tigres asiáticos?

Sachs — Não só dos tigres asiáti-
cos. Quando se examina os países de

crecimento econômico mais rápido,

o que se vê são governos mais enxu-
tos, bem focalizados na educação,

saúde e infra-estrutura, e muito pou-
co envolvidos com a questão da

transferência de rendas para a socie-
dade. Só para exemplificar: em

Hongkong, cuja população tem um

alto padrão e a expectativa de vida é

uma das mais altas do mundo, o go-
verno gasta cerca de 14% do PIB com

sua política social. No Brasil, os gas-
tos chegam a 35%.

Sachs — Eu acho que, estrategi-

camente, a questão é conseguir sa-

near as finanças públicas. E não me-
diante elevação de impostos mas

com a redução dos gastos governa-

mentais. É preciso reformar o siste-

ma bancário e privatizar os bancos

estatais, de uma maneira clara, para

evitar rombos como o do Banespa.

Isso inclui também alterar de vez o

sistema previdenciário. As aposen-

dorias, especialmente de um grupo

de privilegiados, consomem recursos

demasiados altos para um país, co-

mo o Brasil, que precisa crescer rapi-

damente no futuro.

Estado — O que o sr. está dizen-
do, enfim, é que todas as reformas
propostas pelo presidente Fernando
Cardoso devem ser realizadas. Não
haveria prioridade.

Sachs — São todas necessárias, a
tributária, a administrativa e a da
previdência. Mas acho que a reforma
do Estado é a chave. É preciso redu-
zi-lo, torná-lo mais eficiente e mais

econômico. O governo precisa livrar-

se de funções que não são suas para

cuidar melhor do que lhe compete

cuidar, numa economia moderna.

Estado — Professor, é correto
ajudar aos bancos e aos fazendeiros,
com enormes quantias, e premiar os
brasileiros mais humildes apenas
com uma inflação mais baixa?

Sachs — A questão da transferên-
cia de renda do Estado é muito inter-
essante, e, sobre ela, eu faria a se-
guinte observação: a política social

neste país, e em qualquer outro país

em desenvolvimento, deveria basear-

se em educação e saúde. Ela permite

a toda a população tirar vantagens

dos seus conhecimentos e usufruir

de oportunidades que o mercado

oferece.

Estado — É esta a razão do su-
cesso dos chamados tigres asiáticos?

Sachs — Não só dos tigres asiáti-
cos. Quando se examina os países de

crecimento econômico mais rápido,

o que se vê são governos mais enxu-
tos, bem focalizados na educação,

saúde e infra-estrutura, e muito pou-
co envolvidos com a questão da

transferência de rendas para a socie-
dade. Só para exemplificar: em

Hongkong, cuja população tem um

alto padrão e a expectativa de vida é

uma das mais altas do mundo, o go-
verno gasta cerca de 14% do PIB com

sua política social. No Brasil, os gas-
tos chegam a 35%.